

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Hora e a vez de ajustar a previdência pública (2) - RAUL VELLOSO 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Eradicação da pobreza: como a China conseguiu? (2)..... 5

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo tentou importar doses prestes a expirar 7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Créditos suplementares estão na pauta do Congresso 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Potencial de receita de imposto sobre dividendos é limitado, diz equipe econômica..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

A reforma tributária de Adam Smith (2) 12

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
REFORMA TRIBUTÁRIA

País quer 35 mi de doses da Pfizer para setembro 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sob pressão, relator apresenta texto de tributária 14

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Por que a reforma tributária é importante para o país? (2) 15

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Equipe econômica cai na Colômbia após protestos contra alta de impostos..... 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro atende Guedes e sanciona com veto ajuda para turismo e eventos 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Após falha no Fundeb, MEC transfere R\$ 836 mi com erros 20

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Desentendimento entre Brasil e Argentina paralisa o Mercosul (3) 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Inflação alta deve levar BC a subir juros 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO
ECONOMIA

EUA questionam governo Bolsonaro sobre corte no Ambiente e ouvem promessa de verba .. 24

Terça-Feira, 4 de Maio de 2021

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Congresso pressiona Bolsonaro a acelerar ampliação do Bolsa Família 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Com alta nas exportações, superávit pode ir até a US\$ 73 bi, novo recorde..... 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Preço de gás tem novo indexador, diz Petrobrás..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Com chuva em baixa, inflação em 12 meses deve beirar 8% em maio..... 32

Hora e a vez de ajustar a previdência pública

(2) - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

As autoridades parecem não querer notar, mas enquanto a pandemia ocupa os corações e as mentes da maioria, o ponto nevrálgico do desempenho econômico brasileiro nos últimos anos é a desabada dos investimentos em infraestrutura, especialmente na esfera pública. Sem investir, a economia não cresce, e como não há como substituir parte relevante dos investimentos públicos pelos privados, esse problema tem de ser diagnosticado e atacado de frente.

Segundo o IBGE, do final dos anos 1960 até 2019, a razão entre o investimento público de todas as esferas e o **PIB** caiu de 5,4% para 1,5% do **PIB**, ou seja, quase quatro vezes em termos reais, enquanto o **PIB** crescia apenas à média de 1,1% ao se aproximar a fase da pandemia, algo inacreditável para um país que já teve épocas áureas de destinação de recursos públicos a essa finalidade, e cujo **PIB** crescia lá atrás à média de 7% ao ano.

Do início dos anos 2000 para cá, identifico duas razões básicas para tal queda: uma é a disparada dos deficits previdenciários, que vem tomando espaço cada vez maior dos investimentos nos orçamentos públicos de todas as esferas, algo que comecei a discutir em minha coluna de 20/4, e a outra, que vale apenas para a União, é o chamado teto dos gastos, cujo valor total só pode crescer no máximo à taxa de **inflação** do ano anterior. Como os investimentos são o item menos rígido dos orçamentos públicos, tem cabido a eles o maior ônus do ajuste.

Se mantivermos o foco da análise sobre os regimes próprios (RPPS) dos estados e municípios, veremos que seus deficits previdenciários consolidados dispararam na direção de R\$ 111 bilhões, ou 1,5% do **PIB**, até 2019, marca três vezes superior à atingida em 2011, quando medida em percentagem do **PIB**, em face de reajustes salariais e contratações ocorridas no passado, além de razões demográficas, e em que pese o enorme esforço (porém insuficiente) de reforma que vem sendo levado a efeito desde o final dos anos 1990.

Em decorrência disso, a "perna fraca", ou os investimentos consolidados desses mesmos entes, desabaram do pico de 1,9% do **PIB** em 2010 para a marca de 1% do **PIB** em 2019 (cerca de R\$ 74

bilhões), um pouco mais da metade daquele outro valor em termos de percentagem do **PIB**. Aqui, o ponto central a considerar é a perspectiva concreta que temos hoje de assistir a algo inimaginável para muitos, de que vários entes tenham seus espaços para investir completamente zerados em poucos anos à frente, a continuarem as tendências atuais de maiores deficits previdenciários mesmo considerando reformas importantes, porém de efeito aquém do ideal. O que implica a necessidade de um esforço adicional de mudança de elevada monta.

Na coluna do dia 20 mostrei que os deficits dos RPPS são bem maiores do que os do RGPS (regime geral), quando medidos corretamente, por aqueles terem nascido como mera extensão do regime de pessoal ativo ou como um prêmio para a inatividade, só começando a ganhar forma real de regime previdenciário cada vez mais próximo do RGPS a partir da Emenda 20/98, inclusive pelo início da capitalização como veículo importante do custeio dos benefícios. Falei também da segregação gradativa e "inteligente" (ou seja, que minimize o "custo de transição") de massas de servidores em dois grupos, um de repartição simples e o outro de capitalização, com redirecionamento gradual do primeiro para o segundo, quando o deficit previdenciário já está suficientemente elevado, por falta de ação eficaz prévia. Outras medidas adotadas foram as primeiras iniciativas de aportes de ativos aos fundos de previdência e a aprovação de contribuições patronais suplementares para ajudar no pagamento da conta, sem falar na exigência de um "certificado de regularidade" (CRP) que comprove que o ente está no caminho certo, sob a dura pena de se suspenderem as transferências voluntárias da União para o ente em falta.

Quanto ao equacionamento definitivo, a Emenda 103/19, última reforma previdenciária de peso aprovada entre nós, poderia ser uma peça decisiva. Ainda que bastante relevante, sua aplicação não se estendeu automaticamente aos entes subnacionais, a não ser, basicamente, o aumento da contribuição mínima dos servidores de 11% para 14%. Tudo o mais por ela introduzido terá de ser aprovado nas assembleias de cada ente, incluindo a possibilidade de os segurados participarem do rateio do pagamento da alíquota patronal suplementar. Outros pontos importantes foram a obrigatoriedade de implementar a

previdência complementar, que nasceu lá atrás no bojo da Emenda 20/98, tendo como referência o teto do RGPS, mas até há pouco quase nada se havia feito ao amparo dela, o que agora terá de ser concluído até o final de 2021, prazo que também valerá para aprovar o CRP e um plano de equacionamento para valer.

Sendo assim, e para a maioria dos senhores governadores e prefeitos, mãos à obra para darmos um passo decisivo na direção de evitar a catástrofe da zeragem dos investimentos em seus orçamentos.

Erradicação da pobreza: como a China conseguiu? (2)

» *Yang Wanming*

A pobreza é um dos maiores desafios para o desenvolvimento e a governança global. Maior país em desenvolvimento do mundo, a China há muito tempo enfrenta esse flagelo. Desde 2012, o governo chinês travou uma batalha decisiva contra a pobreza. Ao retirar quase 100 milhões de pessoas da pobreza, a China cumpriu a árdua missão de erradicar a miséria absoluta. Pelos padrões do Banco Mundial, a China responde por mais de 70% da redução da população em pobreza mundial.

No livro branco Alívio da pobreza: Experiência e contribuição da China, lançado em abril deste ano, a China compartilha seus conceitos e ações nessa trajetória.

Em primeiro lugar, seguir uma filosofia centrada nas pessoas. Como a erradicação da pobreza é uma das prioridades do Estado, essa agenda está sempre presente em planos de desenvolvimento a médio e longo prazos, a fim de assegurar a coerência das políticas e a estabilidade dos apoios financeiros. Há planos de ação em todas as esferas de governo, além de um completo mecanismo de trabalho.

Segundo, adotar estratégias objetivas e adequadas. Diferentemente do assistencialismo tradicional, a China adotou uma abordagem por meio de promoção de desenvolvimento, com táticas mais precisas para impulsionar a melhoria das condições de desenvolvimento das áreas pobres e elevar o nível de escolaridade e de qualificação laboral da população carente. Tendo em vista as diferenças regionais e demográficas, foram tomadas medidas bem direcionadas: desenvolvimento industrial, realocação da população de áreas inóspitas, compensação ambiental, melhoria da educação, treinamento vocacional e **seguridade social**.

Xinjiang, por exemplo, a maior região autônoma da China em extensão territorial e em percentagem de população de minorias étnicas, tinha também vários bolsões de pobreza. Na região onde há maiores produtores de uva e melão, o governo local promove tecnologias de conservação e beneficiamento para aumentar o valor agregado desses produtos. Também são oferecidos cursos de produção de joias, aproveitando-se do recurso mineral de jade. Já nas

áreas produtoras de algodão são difundidas técnicas têxteis e o manejo de colheitas mecanizadas. Nos últimos 60 anos, um total de 3 milhões e 89 mil habitantes locais saíram da pobreza, o **PIB** per capita de Xinjiang aumentou quase 40 vezes e a expectativa de vida subiu de 30 para 72 anos.

Terceiro, convergir esforços conjuntos. Para completar a meta de erradicar a pobreza, a China implementou um sistema abrangente, que conta com a participação do governo, da sociedade e do mercado. Por meio de incentivos tributários e outras políticas, promoveu o fluxo de talentos, capital e tecnologia de 342 localidades mais desenvolvidas do Leste para 570 destinos menos favorecidos no Oeste. Estimulou ainda empresas privadas, organizações sociais e indivíduos a contribuir, conforme suas vantagens, para a redução da pobreza nos setores de indústria, ciência e tecnologia, educação, cultura, saúde e consumo. Ao mesmo tempo, valendo-se da tecnologia digital, foram incentivadas novas formas de negócios, como comércio eletrônico rural e ecoturismo, para motivar o empreendedorismo e a criatividade na população de baixa renda.

Quarto, promover a cooperação internacional. Nos mais de 70 anos desde a fundação da República Popular, a China disponibilizou mais de US\$ 60 bilhões para ajudar quase 170 países e organizações internacionais, implementou mais de 5 mil projetos de assistência externa, apoiando os países em desenvolvimento na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O governo chinês criou o Fundo China-Nações Unidas para a Paz e o Desenvolvimento e o Fundo de Amparo à Cooperação Sul-Sul, impulsionando a concretização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU. A iniciativa chinesa "Cinturão e Rota" também ajuda os países parceiros no combate à pobreza. O Banco Mundial prevê que parcerias no âmbito dessa iniciativa ajudarão a tirar 7,6 milhões de pessoas da pobreza extrema e 32 milhões da pobreza moderada.

Sob o impacto do alastramento da pandemia, a humanidade vê crescer seu déficit de governança e de desenvolvimento. A China está disposta a trabalhar com o Brasil e os demais países para fortalecer o intercâmbio e a cooperação na redução da pobreza, unir forças para construir uma comunidade de futuro, compartilhado com vida digna e progresso comum.

Embaixador da China no Brasil

Governo tentou importar doses prestes a expirar

LEANDRO PRAZERES E PAULA FERREIRA

O Ministério da Saúde tentou importar três lotes da vacina indiana Covaxin com prazo de validade perto do fim. A informação está em documentos obtidos pelo GLOBO sobre o processo de importação do imunizante. Em fevereiro, ainda sob o comando de Eduardo Pazuello, a pasta firmou um contrato de R\$ 1,6 bilhão para a compra de 20 milhões de doses da vacina.

O contrato entre o Ministério da Saúde e a Precisa Medicamentos (representante no país do laboratório indiano Bharat Biotech) para a compra das vacinas é alvo de uma investigação do Ministério Público Federal (MPF). Os investigadores querem apurar detalhes do contrato e se a empresa terá condições de fornecer os produtos conforme o prometido. As negociações sobre a aquisição de vacinas também serão alvo da CPI da Covid.

A importação da vacina indiana está paralisada desde 31 de março, quando a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) negou o pedido feito pelo Ministério da Saúde. O contrato da pasta com a Precisa previa o envio de cinco lotes de 4 milhões de vacinas de forma escalonada. As entregas começariam em março e terminariam em junho. Pelo contrato, o governo seria o responsável pela importação junto às autoridades alfandegárias e sanitárias brasileiras.

No dia 23 de março, antes do veto da Anvisa, o Ministério da Saúde iniciou o processo de importação. Ao analisar a documentação, técnicos da Anvisa constataram que, considerando a data de fabricação dos lotes, as vacinas venceriam entre abril e maio, o que levantou suspeitas quanto à capacidade do governo de distribuir as doses e dos estados e municípios de aplicá-las antes do prazo de validade expirar.

Ao identificar o risco, a Anvisa enviou, no mesmo dia, um ofício à Saúde pedindo esclarecimentos. Dois dias depois, a Precisa respondeu ao ofício confirmando a data de validade, e informando também que novos estudos teriam indicado que o produto poderia ser armazenado por mais tempo, mas sem especificar que estudos seriam esses.

Outro problema detectado foi na formulação dos

pedidos de importação do produto. Para que a vacina pudesse ser importada, a pasta teria que obter uma licença junto ao Sistema de Comércio Exterior (Siscomex), vinculado à **Receita Federal**, e uma autorização da Anvisa. Técnicos da agência detectaram, no entanto, que a pasta repassou dados divergentes para os dois órgãos.

Em nota, a Precisa Medicamentos argumentou que os lotes informados se referiam aos produtos que estavam disponíveis para envio ao Brasil em março. Segundo a empresa, esses lotes já teriam sido utilizados e não virão ao Brasil. E disse ainda que não há risco de enviar vacinas perto do prazo de validade para o país. O Ministério da Saúde enviou nota dizendo nunca ter adotado a "estratégia" de importar produtos "com prazo exíguo".

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Créditos suplementares estão na pauta do Congresso

Cristian Klein

O Legislativo federal pautou para votação esta semana três propostas com relevância econômica que tem alta chance de aprovação nos próximos 180 dias, segundo projeção do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap/Ello) para o Valor Política.

Na Câmara, os dois itens com maior chance de aprovação são os projetos de lei que buscam combater a diferença de remuneração entre homens e mulheres e o que isenta de pedágio os residentes e trabalhadores do município em que se localiza a praça de cobrança. A primeira proposta estabelece multa, em favor da empregada, correspondente a cinco vezes a diferença salarial verificada em todo o período da contratação.

Na pauta do Congresso, há o projeto que trata de crédito suplementar para os ministérios da Economia e da Cidadania, de encargos financeiros da União e de operações oficiais de crédito, que recompõe um valor de R\$ 19,7 bilhões, referente a despesas primárias tiradas durante a votação do Orçamento de 2021. Entre os itens abrangidos estão benefícios previdenciários, seguro-desemprego, compensação ao Fundo do Regime Geral de **Previdência Social** (FRGPS), Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV), remuneração a agentes financeiros e subvenção e subsídios.

O levantamento considerou nove propostas com impacto econômico que estão na pauta de plenário da Câmara e do Senado ou terminativa nas comissões (quando dispensa votação em plenário).

A probabilidade de aprovação dessas propostas é calculada pelo Cebrap/Ello com base num modelo estatístico sobre o histórico de votações desde 1988.

O Decisão Legislativa é um serviço exclusivo, desenvolvido em parceria com o Cebrap/Ello, para acompanhar o processo decisório no Congresso Nacional sobre temas relevantes para a economia.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Potencial de receita de imposto sobre dividendos é limitado, diz equipe econômica

Thiago Resende Fábio Pupo

Para propor um tributo sobre lucros e dividendos, o Ministério da Economia fez cálculos preliminares e concluiu que o potencial de arrecadação é limitado em relação ao IRPJ (Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas).

Para compensar uma redução de um ponto percentual na alíquota do IRPJ, seria necessário criar uma taxa de 3% ou 4% sobre dividendos, valores distribuídos a acionistas da empresa e isentos atualmente.

Além disso, a avaliação de técnicos do Ministério da Economia é que a arrecadação sobre dividendos seria "quase nula" nos primeiros anos. Mesmo assim, o governo quer propor a criação do tributo, pois, apesar do efeito limitado em relação ao que se arrecada atualmente com IRPJ, é uma forma de bancar o corte no imposto de renda das empresas.

O governo tem dificuldade em calcular exatamente a arrecadação potencial de uma nova tributação sobre dividendos, pois algumas empresas devem deixar de distribuir esses valores por causa da taxa.

O objetivo do ministro Paulo Guedes (Economia) é realizar uma troca de cobranças. Portanto, um novo imposto sobre lucros e dividendos aliviaria a taxa sobre pessoas jurídicas.

Na cobrança de IR sobre a distribuição de lucros e dividendos, a equipe de Guedes já fez simulações com uma alíquota de 20%. Isso viabilizaria um corte de 5 a 6,5 pontos percentuais no IR cobrado de empresas, que hoje pode chegar a 25%.

Outra variável para saber o potencial da tributação sobre dividendos é o impacto da medida sobre a chamada pejetização -quando pessoas físicas firmam contratos de trabalho como se fossem empresas, prática que evita tributação. A expectativa é que essa prática diminua com as mudanças, mas ainda não se sabe exatamente quanto.

A taxa sobre lucros e dividendos é um dos pontos mais próximos de um consenso na **reforma tributária** discutida entre o Congresso e o governo.

O relator da **reforma tributária**, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), já aceitou prever uma cobrança de IR sobre a distribuição desses valores. A medida reduz a resistência nos partidos de esquerda à reformulação do sistema de **impostos** do país.

Ele deve apresentar o relatório da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) na tarde desta terça-feira (4). A taxa de dividendos, porém, deverá depender ainda de outro projeto de lei.

A PEC foi apresentada por líderes do Congresso e é mais ampla que o projeto do governo, pois visa a fusão de **impostos** federais, estaduais e municipais.

O modelo de Guedes envolve apenas **tributos** federais, e depois, em outras etapas, mudanças em mais **impostos**, como o IR para pessoas físicas.

O plano da equipe econômica ainda é cortar deduções, como as médicas, desse tipo de imposto de renda, pois, segundo o Ministério da Economia, esse mecanismo reforça a desigualdade social no país.

Outro ponto é a alteração das alíquotas do imposto e aumentar a cobrança sobre salários mais altos. Uma das ideias levantadas foi uma alíquota máxima para 35% para quem ganha acima de R\$ 39 mil por mês.

Mas técnicos têm dito que esse tipo de medida também tem impacto limitado. Eles citam, por exemplo, que uma alíquota de cerca de 32% para salários acima de R\$ 8.000 geraria pouca arrecadação e penalizaria quem tem emprego com carteira assinada e funcionários públicos.

Na quinta-feira (29), o líder do governo na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR), afirmou que a **reforma tributária** deve ser votada de forma fatiada, provavelmente em quatro etapas, e começar pela CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).

A CBS, que funde PIS e Cofins, faz parte da primeira fase da reforma enviada pelo governo. A alíquota seria de 12% e a mudança entraria em vigor seis meses após publicação da lei.

O objetivo, segundo Guedes, é simplificar regras e reduzir disputas judiciais entre contribuintes e Receita.

Em nota técnica, o Ministério da Economia afirmou que a fusão desses **tributos** em uma alíquota de 12% não elevará a carga tributária e terá impacto próximo de zero no realinhamento de preços.

A decisão de fatiar a **reforma tributária**, como deseja o governo, ainda vai ser debatida com os líderes do Congresso.

BALANÇA TEMEM ABRIL SALDO DE US\$10,35 BI, O MAIOR DA HISTÓRIA

O superávit foi impulsionado principalmente por uma concentração de exportações de soja, que atingiu volume recorde, e pela alta dos preços de commodities como minério de ferro e petróleo. As exportações somaram US\$26,481 bilhões, salto de 50,5% sobre abril do ano passado na comparação pela média diária e superando o recorde anterior, de agosto de 2011 (US\$26,076 bilhões).

No acumulado do ano, a balança registra superávit de US\$18,26 bilhões.

Site:

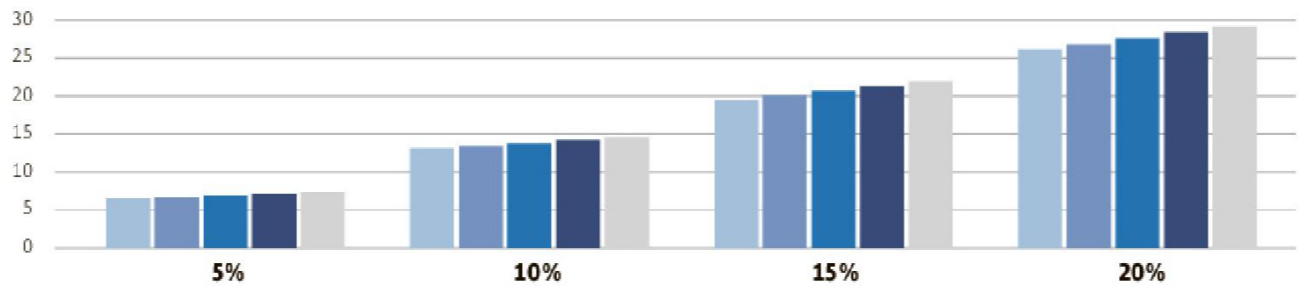
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

17

Tributação dos dividendos

Arrecadação anual prevista, em R\$ bi

■ 2022 ■ 2023 ■ 2024 ■ 2025 ■ 2026



Limites vistos para aumentar a arrecadação do Imposto de Renda



Renda média per capita
no Brasil é de
R\$ 1.439 ao mês

A criação de mais uma alíquota de cerca de 32% para salários acima de R\$ 8 mil (por exemplo) geraria pouca arrecadação e penalizaria empregados CLT e funcionários públicos

A expectativa de arrecadação de dividendos é considerada baixa até mesmo para compensar redução do IRPJ (redução de 1 ponto percentual equivaleria a 3% a 4% em dividendos) e é quase nula nos primeiros anos

Fonte: Ministério da Economia

A reforma tributária de Adam Smith (2)

RODRIGO K. SPADA e JEFFERSON VALENTIN

"É necessário que todo imposto seja planejado de tal modo que as pessoas paguem ou desembolsem o mínimo possível além do que se recolhe ao tesouro público do Estado." Adam Smith publicou essa máxima em 1776, que repetida por Ricardo e Stuart Mill, entre outros, ganhou uma obviedade tal que não há, hoje, voz que contra ela se levante.

Mas no Brasil atual, quase 250 anos depois, ainda é tempo de discutir o óbvio.

A necessidade de redução do tamanho do Estado, convicção que sempre esteve presente por aqui, intensificada nos últimos anos, encontra, na prática, duas formas de se viabilizar: deixar de prestar determinado serviço público ou prestar o serviço público com maior eficiência, otimizando os recursos disponíveis.

Por se tratar de atividade incontestavelmente essencial ao Estado, o Fisco só pode dispor da segunda opção.

Quando se discute **reforma tributária**, muito se ouve sobre a necessidade de redução dos custos de compliance para que se possa aumentar a competitividade das empresas, custos esses majorados pela complexidade das normas tributárias no Brasil. Mas pouco se discute sobre o custo que tem o Estado (o contribuinte) para manter o enforcement compatível com esse nível de complexidade e o quanto isso dificulta a tarefa do Fisco na prestação dos serviços que lhe são pertinentes: garantir arrecadação, combater a sonegação, evitar a concorrência desleal, etc.

Pouco se discute, ainda, sobre a possibilidade da adoção de medidas de enforcement que levariam a um maior nível de conformidade de todos. Algumas medidas poderiam ser discutidas, tais como: endurecimento da pena para sonegação fiscal; execução fiscal administrativa; redução de níveis de contencioso (administrativo e judicial), criação de instrumentos mais eficientes de combate à fraude estruturada, como, por exemplo, whistleblower (cidadão que faz denúncia de ilícitos tributários e recebe um percentual dos valores recuperados), entre outras, certamente resultariam numa resposta social no sentido da conformidade e, conseqüentemente, na necessidade de um aparato estatal menor, com custo menor para a sociedade.

Há poucos dias foi divulgada uma carta aberta assinada pelos representantes das Administrações Tributárias dos Estados - Comsefaz, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), a Federação Brasileira de Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite), além de organizações da academia e da sociedade civil, para tentar convencer o Congresso Nacional, mas, sobretudo, o setor privado, a lutar por uma **reforma tributária** que traga simplificação para a matriz tributária brasileira, o que resultaria, sem sobra de dúvidas, em redução dos custos de compliance tanto para o setor produtivo quanto para os governos em geral.

Mas, se os próprios Estados e municípios, outrora tão refratários, e os próprios **servidores públicos**, operadores da máquina arrecadatória, clamam por uma **reforma tributária** simplificadora, por que ela simplesmente não acontece?

Simplesmente porque o tão propagado "manicômio tributário" não é prejudicial a todos. Há muitos setores econômicos que são extremamente beneficiados por esta complexidade e pela conseqüente ineficiência do aparato estatal. Essa complexidade permite esconder todo tipo de privilégio fiscal que, por sua vez, contraria outro princípio escrito por Adam Smith, o da capacidade contributiva, que diz que cada um deve ser tributado "proporcionalmente às suas respectivas capacidades".

A atual organização tributária é, antes de tudo, resultado da cooptação do Estado por setores do poder econômico que, nas palavras do filósofo britânico, são "classes de homens cujo interesse nunca coincide exatamente com o público".

Quais as dificuldades para realizar uma **reforma tributária** simplificadora no Brasil?

SÃO, RESPECTIVAMENTE, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE FISCALIS DE **TRIBUTOS** ESTADUAIS (FEBRAFITE) E AGENTE FISCAL DE RENDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

País quer 35 mi de doses da Pfizer para setembro



Queiroga. Críticas à gestão do SUS e ao aumento de planos

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, afirmou ontem, em evento na Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), que um segundo contrato com a Pfizer, na iminência de ser assinado, prevê mais 100 milhões de doses da vacina, com a entrega de 35 milhões em outubro.

"Ou seja, o Brasil terá à disposição da sociedade 200 milhões de doses da Pfizer, ainda para este ano", disse Queiroga, lembrando do primeiro contato de 100 milhões de doses já assinado pelo Ministério da Saúde com a Pfizer/BioNTech. Ele também defendeu uma reforma do Sistema Único de Saúde (SUS) e criticou reajustes de preços feitos por planos de saúde privados durante a pandemia de covid-19 no Brasil.

"O Sistema Único de Saúde é um patrimônio de todos os brasileiros, devemos fortalecê-lo, não só na assistência especializada à saúde, mas sobretudo na atenção primária", disse Queiroga.

"Nós precisamos reformar o Sistema Único de Saúde.

É claro que nós temos uma **reforma tributária** a ser analisada pelo Congresso Nacional, nós temos um ambiente político muito exigente, com muita divergência, redes sociais muito inflamadas", afirmou, acrescentando que é necessário mudar o modelo, para dar melhor eficiência à alocação de recursos.

Sobre saúde suplementar, Queiroga disse que não tem interesse em controlar preços, criticou a concentração no setor e a regra que permite à Agência

Nacional de Saúde Suplementar regular os reajustes de planos de saúde, mas não os de planos individuais. "Não é função do Ministério da Saúde intervir em política de preço, deixo bem claro aqui para não dizerem que estou querendo controlar preço da saúde suplementar, não quero e não é minha função, mas também não podemos achar que é normal determinadas seguradoras num contexto pandêmico querendo reajustar plano de saúde em 30%."

CRONOGRAMA DA VACINAÇÃO NO PAÍS

São Paulo Idosos a partir de 63 anos. Outros grupos prioritários também estão sendo vacinados no Estado. O governo paulista definiu que a imunização do grupo com comorbidades começará com pessoas maiores de 18 anos, a partir de 10 de maio.

Campinas Realizada mediante agendamento, a imunização ocorre para idosos com mais de 63 anos. A vacina também é aplicada em profissionais educação com mais de 47 anos, trabalhadores da saúde com mais de 45 anos e das forças de segurança e salvamento.

Ribeirão Preto Estão sendo imunizados idosos acima de 63 anos. Nesta terça-feira, será aberto o agendamento para a aplicação da primeira dose da vacina em pessoas de 60 a 62 anos.

Belo Horizonte Estão sendo vacinados idosos com mais de 60 anos. A prefeitura abriu cadastro para pessoas de 18 a 59 anos, com comorbidades, gestantes e puérperas receberem a imunização.

Conforme haja novo lote da Coronovac, haverá continuidade da 2ª dose.

Rio de Janeiro Pessoas com 55 anos ou mais e profissionais de saúde com 38 anos ou mais.

Outros grupos também estão sendo vacinados.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Sob pressão, relator apresenta texto de tributária

Um ano após a criação da comissão mista da **reforma tributária**, o relator da proposta, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), apresenta hoje seu parecer sob pressão. De um lado, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), e a equipe econômica desejam o fatiamento da reforma em quatro etapas. De outro, lideranças do Congresso são contra a repartição do texto e querem uma proposta de alcance amplo, incluindo Estados e municípios.

Segundo apurou o Broadcast/ Estadão, Aguinaldo Ribeiro estava inclinado a manter em seu parecer a linha que já vinha sido defendida pelo deputado, de unificação de PIS/Cofins, IPI (federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal), mas intensificou nos últimos dias conversas com parlamentares e integrantes do governo para decidir o desenho final de seu texto.

Aliados de Aguinaldo esperam uma única Proposta de Emenda à Constituição (PEC) unificando os cinco **tributos**, começando pela fusão de PIS e Cofins nos dois primeiros anos.

Lira, por sua vez, quer uma **reforma tributária** em quatro fases - uma delas incluindo um amplo Refis para renegociar débitos tributários de empresas.

A divisão se mostra alinhada ao desenho inicial pensado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que tem dito haver risco de alta na carga tributária em caso de aprovação da PEC mais ampla.

No fatiamento defendido por Lira, cada parte teria um relator distinto, e o próprio deputado Aguinaldo Ribeiro poderia ficar responsável por uma das fatias.

A primeira parte seria composta pela criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) em substituição a PIS e Cofins - proposta que já foi enviada pelo time de Guedes -, a redução no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) aliada ao fim da isenção de lucros e dividendos da pessoa física, além da tributação sobre fundos exclusivos de investimentos.

O vice-presidente da comissão mista da reforma, deputado Hildo Rocha (MDB-MA), é contra essa via e diz acreditar que Aguinaldo apresentará o relatório mais abrangente. "Sou contra o fatiamento, ainda mais

iniciando por essa proposta do governo que, além de não simplificar, aumenta a carga tributária", disse Rocha. O líder do MDB na Câmara, deputado Isnaldo Bulhões (AL), também é contra o fatiamento. "Acho que isso causaria insegurança jurídica", afirmou ele.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Por que a reforma tributária é importante para o país? (2)

RODRIGO MAIA* economia@oglobo.com.br

Simplificar a forma de arrecadação pode ser o único caminho viável para reduzir a carga de **impostos** e ter um sistema mais justo e eficiente

A demanda por uma **reforma tributária** no Brasil já não é mais localizada ou uma necessidade pontual. Seja para lutar por um sistema mais progressivo e justo, seja para defender menos complexidade, mais segurança jurídica e um ambiente menos hostil para os negócios e os investimentos.

Há cerca de 25 anos discutíamos o tamanho da carga tributária, que saltou de 26% do **PIB** para 33,5% entre 1996 e 2014. De lá para cá, nós nos demos conta de que o tamanho da carga tributária está ligado ao tamanho dos gastos públicos. Parte importante desse tema foi endereçado em 2019, com a aprovação da reforma da Previdência, que deve economizar R\$ 850 bilhões até 2030, abrindo espaço para investimentos públicos e redução da carga tributária.

Simplificar a forma de arrecadação de **impostos** pode ser o único caminho viável para redução da carga tributária, para além de ser imprescindível se quisermos um sistema mais justo e mais eficiente.

O Congresso representa a voz da sociedade, mas hoje a sociedade não tem instrumentos para exigir mudanças. Ela não sabe quanto e para quem paga os **impostos**, tampouco para onde vão. Quando consome bens e serviços, há, pelo menos, cinco **tributos** embutidos no preço: três cobrados pela União (IPI, PIS e Cofins), um dos estados (ICMS) e um dos municípios (ISS). Mesmo que você compre um produto e veja apenas o ICMS destacado em sua nota fiscal, não há dúvidas que os demais **tributos** estão escondidos no preço. Em toda venda de bens existe um serviço envolvido e vice-versa. A diferença entre a indústria e o comércio é o serviço. O supermercado utiliza serviços para que os produtos embalados e industrializados cheguem até o consumidor final.

É por isso que a criação de um único tributo sobre bens e serviços, com alíquota uniforme e cobrado de forma homogênea por União, estados e municípios, viabiliza a transparência da carga tributária e permite o exercício da cidadania pelos contribuintes.

Mesmo concentrada no consumo, a PEC 45 tem grande potencial distributivo ao realocar receitas tributárias dos entes federativos mais ricos para os mais pobres. De acordo com estimativas feitas pelo Ipea, a criação do IVA nacional tem o potencial de redistribuir cerca de R\$ 25 bilhões das regiões mais ricas para as regiões mais pobres, em razão da adoção do princípio do destino. Considerando apenas os municípios, seriam mais de R\$ 30 bilhões realocados para municípios mais pobres e populosos.

O sistema atual é tão ruim para os mais pobres, que mesmo com alíquota uniforme estimada entre 25% (dado do CCIF) e 27% (dado do Ipea), o IVA nacional seria menos regressivo. Isso porque a seletividade é atualmente utilizada com finalidade mais arrecadatória que distributiva, dada a concentração de altas alíquotas nos combustíveis, energia elétrica e telecomunicações. Além disso, a eliminação de benefícios fiscais tiraria das mãos da alta renda a maior parte do dinheiro público que deixa de ser arrecadado e que poderia ser aplicado em políticas públicas direcionadas aos mais pobres.

A criação de um sistema mais homogêneo e harmônico sem dúvida contribuiria para o aumento dos investimentos privados, a geração de emprego e renda para todos os brasileiros. O sistema atual de tributação sobre bens e serviços toma hostil o ambiente de negócios para os atuais empresários e para aqueles que pretendem investir no país. Atualmente 86% das empresas brasileiras apresentam algum tipo de irregularidade no pagamento de seus **tributos** (<https://endeavor.org.br/am-biente/ambiente-tributario/simplificacao-tributaria/>). Segundo estudo feito pelas universidades alemãs LMU Munich e Universität Paderborn com dados de 2016 em 100 países, o Brasil é o de maior complexidade entre todos (<http://www.taxcomplexity.org/>).

Por fim, a **reforma tributária** é imprescindível para o crescimento econômico. O **PIB** brasileiro só apresentará crescimento significativo e constante se nossas empresas forem mais eficientes e competitivas. Regras específicas, regimes especiais e tratamentos diferenciados fazem com que as empresas se organizem de maneira menos eficiente, embora mais lucrativa. Há 40 anos o **PIB** brasileiro cresce abaixo do ritmo mundial.

Desde 1980, o Brasil caiu de 502 para 852 lugar no ranking global de **PIB** per capita. A melhora constante dos dados dos países em desenvolvimento, como a Índia, o Chile e a China, por exemplo, deve-se à forma mais eficiente com que as empresas organizam sua produção. E isso só é possível se as regras tributárias forem iguais para todos. Enquanto o sistema tributário for um dos principais elementos a serem considerados nas decisões de investimento e de organização dos negócios, continuaremos a produzir de forma menos eficiente, prejudicando o aumento da produção e o crescimento econômico que tornaria o Brasil um país melhor para todos.

A criação de um sistema mais homogêneo contribuiria para o aumento dos investimentos

Rodrigo Maia é deputado federal pelo DEM-RJ e ex-presidente da Câmara

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Equipe econômica cai na Colômbia após protestos contra alta de impostos

Marsílea Gombata

A equipe econômica do governo da Colômbia renunciou ontem após forte reação popular contra um projeto de **reforma tributária** que incluía aumento de **impostos**. Agora o presidente direitista Iván Duque deve tentar ampliar a arrecadação com maior taxaço sobre empresas e os mais ricos.

Deixaram o cargo o ministro da Fazenda da Colômbia, Alberto Carrasquilla, e os dois vice-ministros Juan Alberto Londono e Juan Pablo Zárate. Pelo Twitter, Duque disse que José Manuel Restrepo, até então ministro do Comércio, substituirá Carrasquilla.

A saída ocorre depois de o governo ter retirado da tramitação o projeto de **reforma tributária** que deu início a protestos na semana passada. Apesar do recuo, protestos continuaram e nova manifestação foi convocada para amanhã. Analistas não descartam cenário de forte insatisfação como no Chile em 2019 ou no Brasil em 2013.

O projeto de **reforma tributária** ganhou força com a pandemia e previa acabar com isenções fiscais e ampliar a arrecadação. Um dos pilares era a cobrança do IVA de 19% sobre serviços como telefone e internet. Estima-se que isenções gerem perdas de US\$ 20 bilhões anuais ao fisco colombiano.

"A reforma buscava aumentar **impostos** que atingiriam a classe média e as mais baixas. Mas também previa taxaço do 1% mais rico, que poderia ser descontada do imposto de renda. Começou-se a perceber que o discurso do governo para ajudar a financiar programas para os mais pobres acabaria recaindo não sobre os mais ricos ou as empresas, mas sobre os mais pobres", diz Cesar Ferrari, da Universidade Javeriana, ao lembrar que 80% se opunham à reforma.

O governo afirmava que a reforma era necessária para ajudar a financiar programas como o Ingreso Solidário, de apoio às famílias mais pobres, e outros gastos que surgiram na pandemia e devem elevar a dívida da Colômbia de 52% do **PIB** em 2019 para 67% em 2022.

"O aumento da pobreza preocupa e se não conseguirem aumentar os recursos, esses programas não poderão continuar sendo financiados", afirma

Silvana Aymara, da consultoria Control Risks.

Após a onda de protestos que começou em 28 de abril por conta da reforma, o projeto reformulado deve ser direcionado para maior tributação de empresas e pessoas de alta renda, diz Alberto Ramos, do banco Goldman Sachs.

Segundo a imprensa local, o próximo texto terá como pilares sobretaxa temporária sobre empresas, extensão de imposto temporário sobre a riqueza, aumento na tributação de dividendos. A carga fiscal da Colômbia é de 20%, muito abaixo dos 32% da do Brasil.

"O que se quer tentar agora é não precisar reduzir gasto social para manter a regra fiscal de médio prazo de déficit de 1,5% do **PIB**", diz Felipe Camargo, da consultoria Oxford Economics. Antes da pandemia, a Colômbia teve déficit médio anual de 2,8% entre 2010 e 2019. Em 2020, o rombo orçamentário chegou a 8,6% e deve chegar a 5% neste ano.

Mas a situação fiscal da Colômbia é mais estável do que a do Brasil. Entre 2010 e 2019, o Brasil teve déficit orçamentário de 5,6%, chegando a 14% em 2020. Neste ano deve ficar em 8,4%.

Mas a deterioração das condições fiscais preocupam a Colômbia pelo grau de investimento que possui. A Moody's classifica a Colômbia como Baa2. A Fitch e a Standard Poor's a avaliam com BBB-, um grau acima do status "junk". Sem uma reforma, alertam economistas, o país dificilmente escapará de um rebaixamento.

A pressão sobre o governo continua, e grande manifestação foi convocada para amanhã. As reivindicações vão desde retirada do projeto de reforma de saúde (que fortalece o setor privado) até ampliação da vacinação anticovid. Taxistas se uniram aos protestos, assim como caminhoneiros, que reclamam do preço de combustíveis.

"Há um clima de insatisfação social com as medidas do governo e pelo pior momento da pandemia", diz Aymara. "De certo modo, pode-se comparar com o que aconteceu em 2019 no Chile ou em 2013 no Brasil. O descontentamento social explodiu e as pessoas querem mudar suas condições de vida", diz.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Bolsonaro atende Guedes e sanciona com veto ajuda para turismo e eventos

Fábio Pupo Raquel Lopes

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) decidiu atender o Ministério da Economia e sancionar com vetos um projeto de lei que concede ajuda financeira ao setor de turismo e eventos.

O pacote vai fornecer renegociação de dívidas tributárias nos moldes defendidos pela PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), além de reservar parte de duas linhas de crédito criadas durante a pandemia para as empresas desses segmentos.

Um percentual de 20% do Pronampe (criado em 2020 para atender micro e pequenas empresas) será dedicado ao setor, bem como até R\$ 1 bilhão do Peac (Programa Emergencial de Acesso a Crédito).

Carlos da Costa, secretário especial de Competitividade, Emprego e Produtividade do Ministério da Economia, afirmou que será vetado o trecho que gerava uma redução de **impostos** para o setor devido ao impacto para as demais empresas.

Segundo ele, cortar **impostos** obrigaria o governo a elevar **tributos** de outros segmentos. "Não existia uma estimativa que coubesse nas compensações tributárias. Haveria um aumento de imposto sobre outros setores, o que o presidente sempre falou que é contra", disse.

Além do veto, outra vitória do Ministério da Economia no projeto foi a mudança em um trecho que criaria uma espécie de Refis (programas amplos de renegociação de dívida).

O Ministério da Economia conseguiu alterar o texto original ainda durante a tramitação no Congresso, de modo que atendesse aos critérios da PGFN.

O texto autoriza que o Executivo ofereça a renegociação ao setor de eventos, com algumas condições diferentes, mas mantidos todos os requisitos da lei da transação tributária (13.988) -sancionada em abril de 2020 como resultado de uma MP (medida provisória).

Com isso, a renegociação fica voltada somente ao contribuinte que não tenha capacidade de pagamento para quitar o seu passivo.

Le Postiche entra em recuperação judicial

O pedido da rede de lojas de bolsas e acessórios voltada para o varejo foi processado na sexta-feira (30) pela Justiça de São Paulo. As dívidas registradas no processo são de R\$ 64,6 milhões. Os principais credores são locadores de imóveis das lojas, bancos e fornecedores. Os principais produtos da companhia são malas de viagem, bolsas e mochilas escolares, cujas vendas foram afetadas pela pandemia, segundo justificativa para o pedido de recuperação.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49517>

Após falha no Fundeb, MEC transfere R\$ 836 mi com erros

Paulo Saldana

O MEC (Ministério da Educação) não resolveu até agora os equívocos nas diretrizes de distribuição do Fundeb e realizou, na última semana, mais uma transferência com erros nos valores do principal mecanismo de financiamento da educação básica.

Uma parcela de R\$ 836,2 milhões foi repassada na última sexta-feira (30) para estados e municípios apesar de milhares de matrículas terem sido deixadas de fora nos cálculos do fundo, como a Folha revelou. O FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), que opera os recursos, informou que resolverá os problemas ainda neste primeiro semestre, mas ainda sem data definida.

O Fundeb reúne uma cesta de **impostos**, acrescida de uma complementação da União. A divisão do bolo, da ordem de R\$ 179 bilhões por ano, é calculada com base na quantidade e tipo de matrículas.

Após reportagem da Folha mostrar que um erro na portaria que define a partilha do dinheiro provocou transferências equivocadas, o ministro Milton Ribeiro assumiu a falha. Ele disse que uma correção seria publicada em breve.

A portaria com equívocos foi publicada em 31 de março e, desde 5 de abril, o governo Jair Bolsonaro (sem partido) sabe das falhas. Foi nessa data que prefeituras do Ceará cobraram o FNDE sobre os erros - a CNM (Confederação Nacional de Municípios) também questionou o governo.

Até agora, no entanto, o problema não foi resolvido. Integrantes do governo Bolsonaro afirmaram à reportagem que o FNDE ainda não sabe a dimensão do equívoco e nem como resolvê-lo.

Em nota publicada em seu site, o FNDE admite que as transferências da última sexta-feira seguem ancoradas em cálculos equivocados. "Após terem sido constatadas inconsistências na filtragem das matrículas, o FNDE iniciou o reprocessamento dos dados. A partir dos resultados será publicada nova Portaria Interministerial, ainda no primeiro semestre de 2021" diz a nota.

O órgão ligado ao MEC promete que, após a correção,

haverá reajustes dos valores nos repasses previstos ao longo do ano. "Com a publicação também serão realizados os ajustes das parcelas anteriormente repassadas, a fim de que nenhum ente governamental seja prejudicado."

Questionados pela reportagem, FNDE e MEC não responderam.

A Folha vem mostrando uma série de erros da pasta comanda pelo ministro Milton Ribeiro em operações relacionadas ao Fundeb.

Em janeiro, o governo errou na transferência da primeira parcela da complementação da União ao Fundeb. De R\$ 1,18 bilhão previsto, R\$ 766 milhões foram repassados equivocadamente - três estados e respectivos municípios receberam dinheiro a mais do que lhe eram devidos e seis, amenos.

O FNDE só descobriu a trapalhada após aviso de prefeitura, como também ocorreu com a falha nesta portaria de distribuição dos recursos ainda não resolvida. A CNM calculou que a portaria de março deixa 695.090 matrículas de ensino fundamental em tempo integral de fora. Além disso, haveria problemas em registros em outras 751 mil matrículas.

O estado mais atingido foi o Ceará. Nas contas da Undime, entidade que agrega dirigentes municipais de Educação, a subestimação do Fundeb a municípios cearenses chega a R\$ 215,4 milhões.

O FNDE respondeu na semana passada aos ofícios da Undime-CE e à CNM. O conteúdo segue o que foi publicado na nota sobre o assunto.

"A CNM alerta sobre a necessidade de que os coeficientes de distribuição sejam corrigidos o mais rápido possível", diz texto da entidade, que ressalta o impacto do erro nos valores da complementação da União e também na redistribuição dos valores intraestaduais (que segue dos estados para os municípios).

A CNM "manifesta sua incompreensão" quanto ao erro, uma vez que o procedimento é adotado há décadas.

O novo formato do fundo amplia os recursos federais e

entrou em vigor neste ano. Essas falhas se referem às diretrizes antigas. Com novas regras, os processos de transferência ficarão mais complexos.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Desentendimento entre Brasil e Argentina paralisa o Mercosul (3)

As divergências entre os integrantes do Mercosul transformaram a reunião virtual do dia 26 de março, comemorativa dos 30 anos de existência da união **aduaneira**, numa oportunidade para reclamações. As divergências se ampliaram na semana passada, com outra reunião tensa entre os ministros da Economia de Brasil e Argentina, Paulo Guedes e Martín Guzmán. Eles trocaram farpas em torno da intenção de Brasil e Uruguai de abrir o bloco a maior competição externa.

Irônico, Guzmán afirmou que a "mão invisível de Adam Smith é invisível porque não existe". Guedes contratacou dizendo que "mais da metade dos Prêmios Nobel em economia foi para economistas da Universidade de Chicago", símbolo do liberalismo econômico no mundo acadêmico, onde Guedes estudou.

Não se discute que o bloco formado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai ganhou peso com o tempo. Mesmo setores ainda fora do acordo, como a indústria automotiva, funcionam de modo integrado. Mas o tratado nunca evoluiu para a união completa das economias da região, como preconizava a visão original que o inspirou. A principal razão para isso é o protecionismo que mantém intactos mercados sabidamente improdutivos (exemplo citado com frequência é a exclusão do açúcar do acordo, proteção à ineficiente indústria argentina).

Para expor a economia do bloco a maior competição e ganhar produtividade, o governo Bolsonaro sugeriu um corte linear de 10% na Tarifa Externa Comum (TEC). O governo argentino peronista de Alberto Fernández discorda. Protecionista, admite reduções pontuais, mas não um corte linear para todos os produtos. A visão brasileira, que conta com o apoio do presidente do Uruguai, Lacalle Pou, está correta, na medida em que maior abertura comercial seria benéfica para todos, em particular para o Brasil, uma das economias mais fechadas do mundo.

O desentendimento da Argentina com o Brasil tem efeito paralisante e amplia ainda mais o desafio para a sobrevivência do Mercosul como bloco. Depois da desavença entre Guedes e Guzmán, ficou marcado mais um encontro em 30 dias, com a participação dos ministros de relações exteriores. Poderá ser decisivo.

A bandeira defendida pelo governo brasileiro, e

também pelo uruguaio, é que, diante do impasse, haja maior flexibilização para que cada integrante realize acordos bilaterais de livre comércio. O Brasil considera que agir em bloco emperra acordos comerciais, como aconteceu no caso do tratado com a União Europeia.

Ao mesmo tempo, é difícil acreditar que, sozinho, o Brasil tivesse chegado a um entendimento nos mesmos termos com os europeus. Sem falar que, se o acordo está empacado, isso hoje é resultado mais da tolerância brasileira com a devastação da Amazônia do que de qualquer deficiência argentina. Para o Mercosul se modernizar, ficar mais flexível e mais aberto ao mundo, os dois países precisam, primeiro, eles mesmos entrar em acordo.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Inflação alta deve levar BC a subir juros



VERA BATISTA

Os especialistas ouvidos pelo Banco Central no Boletim Focus elevaram, pela quarta semana seguida e pela 16ª vez no ano, as projeções para a **inflação** medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) neste ano. A alta foi pequena, de 5,01% para 5,04%, mas a expectativa está cada vez mais distante do centro da meta (3,75%), definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). E reforçou a convicção de que o banco Central deve elevar a taxa básica de juros, nesta quarta-feira, em 0,75 ponto percentual, para 3,50% ao ano.

Inflação e juros em alta são o reflexo de que a situação no país se mantém fora dos trilhos e que as incertezas e desconfianças dos investidores em relação ao equilíbrio fiscal e ao controle da pandemia não recuaram. Se, por um lado, o cenário doméstico não ajuda, por outro, as notícias vindas do exterior - com o avanço da atividade nos países desenvolvidos e a expansão dos gastos - aprofundam ainda mais as dificuldades internas. "É a tempestade perfeita, que vem sendo agravada pela desvalorização do real ante o dólar", diz Carlos Pedroso, economista-chefe do Banco MUFG Brasil.

Pedroso lembra que o preço da gasolina explodiu: já subiu 18%, em 2021. "Mas outros itens também interferiram na **inflação**, como o trigo, entre outros alimentos. É por isso que o Banco Central tem que se preparar, já que as expectativas são de melhora no crescimento no segundo semestre, com mais emprego, mais renda, mais consumo e, claro, mais **inflação**", afirma. O economista prevê que os juros encerrem 2021 em 5,5% ao ano.

Para que esse patamar se concretize, o BC terá que dar um impulso nos juros, com alta, nessa quarta, de

0,75 ponto percentual; mais três seguidas de 0,50 ponto percentual; e mais duas de 0,25 ponto percentual. "Medidas que devem estar aliadas ao maior controle da pandemia no segundo semestre, avanço nas reformas e maior rigor no controle fiscal", reforça Pedroso.

Flavio Serrano, economista-chefe da Greenbay Investimentos, reforça que a **inflação**, no curto prazo, vai continuar pressionada pelo aumento do preço da energia elétrica, dos preços administrados e das commodities (mercadorias com cotação internacional). "Se, em abril, o IPCA ficou em 0,60%, em maio deverá se situar em 0,70%. A partir do segundo semestre, a tendência é de que a **inflação** vá para o centro da meta. Mas vai depender do BC. De três altas consecutivas de 0,75 ponto percentual nos juros", diz Serrano.

Na análise de Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos, o BC "tem que se mostrar austero", diante da elevação dos preços dos combustíveis e dos alimentos - além de produtos como minério de ferro e artigos de residência. "Os juros sobem, enxugam a liquidez, o consumo fica mais caro e os investimentos, mais atrativos. Mas essa também é uma política perigosa, diante das dúvidas sobre a saúde fiscal do país e do andamento das reformas estruturais. Precisamos restabelecer a confiança. Há muitos receios no ar, principalmente em relação à política", diz Sanchez.

O economista Cesar Bergo, sócio-investidor da Corretora OpenInvest, assinala que, apesar do contexto de insegurança, o IPCA-15 (prévia da **inflação**) veio abaixo das expectativas (0,60% em abril). "Pode ser uma demonstração de que os juros tendem a cair. Mas os sinais estão trocados. O que mais preocupa é o IGPM (32,02% nos últimos 12 meses encerrados em abril), que se descolou do IPCA. Se o IGPM, que mede os preços no atacado subiu tanto com a economia fraca, uma hora isso vai se refletir no varejo, por meio de repasse de preços", observa Bergo.

EUA questionam governo Bolsonaro sobre corte no Ambiente e ouvem promessa de verba

Marina Dias e Ricardo Delia Coletta - WASHINGTON E BRASÍLIA

O governo dos EUA questionou o Brasil sobre o corte de recursos para o Meio Ambiente, chancelado pelo presidente Jair Bolsonaro um dia depois de discurso na Cúpula de Líderes sobre o Clima, organizada por Joe Biden no final de abril.

Durante reunião com os ministros Ricardo Salles (Meio Ambiente) e Carlos França (Relações Exteriores), na sexta-feira (30), o enviado especial para o clima de Biden, John Kerry, mostrou preocupação com as notícias sobre o corte de verba promovido pelo líder brasileiro e quis saber o que havia acontecido.

De acordo com relatos, os brasileiros argumentaram que a tesourada foi inevitável por que a cúpula ocorreu às vésperas da sanção do Orçamento de 2021, em meio a disputa com o Congresso. Portanto, disseram ao americano, não havia tempo hábil para evitá-la. Salles e França, no entanto, argumentaram que uma recomposição orçamentária do Ministério do Meio Ambiente deve ocorrer em breve.

Em seu discurso na cúpula promovida por Biden, Bolsonaro prometeu mais verba para a fiscalização ambiental, o que inicialmente agradou os americanos. Mas, no dia seguinte, o presidente brasileiro oficializou um corte de recursos para a área relacionada a mudanças do clima, controle de incêndios florestais e fomentos a projetos de conservação do ambiente no valor de quase R\$ 240 milhões.

A recuperação de recursos do Ministério do Meio Ambiente dependerá de cortes em outras áreas, já que a previsão orçamentária está no limite do teto de gastos, norma que impede o crescimento de despesas acima da inflação.

Essa foi a segunda reunião entre Kerry e ministros brasileiros sobre ambiente. Na primeira, o Itamaraty ainda era representado pelo ex-chanceler Ernesto Araújo, que pediu demissão no final de março após pressão do Congresso.

Normalmente os temas abordados nessas

videoconferências são amplos, com menos cobranças e negociações diretas. As conversas costumam pavimentar o caminho para as reuniões das equipes técnicas dos dois governos, que têm acontecido com mais frequência e, recentemente, passaram a de bater possíveis modelagens de financiamento dos Estados Unidos para projetos de preservação no Brasil, sempre baseados em contrapartida.

Na reunião, ainda de acordo com interlocutores, Kerry sinalizou que seria possível avançar com sistemas que envolvam, principalmente, o setor privado americano.

Desde o início das negociações, em fevereiro, os EUA dizem que só enviarão recursos para o Brasil se houver resultados ambientais positivos no país ainda neste ano.

A médio e mais curto prazo até o momento foi apresentada pelo vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB), que comanda o Conselho da Amazônia. Ele disse que o objetivo é cortar o desmatamento em pelo menos 15% neste ano, em relação aos dados do período anterior. Entre os modelos de financiamento estudados estão projetos pilotos que poderiam envolver parcerias com a guarda florestal americana, por exemplo, e também os aportes do setor privado destacados por Kerry.

Aos ministros brasileiros, o chamado czar do clima de Biden disse que o presidente dos Estados Unidos ficou "bastante satisfeito" com o discurso de Bolsonaro na cúpula, especialmente sobre ele ter antecipado em dez anos a meta de zerar as emissões de poluentes, de 2060 para 2050.

O americano também explicou como os EUA, segundo maior emissor de gases causadores do efeito estufa do mundo, atrás somente da China, vão fazer para cumprir os novos objetivos anunciados por Biden: cortar as emissões do país pela metade até 2030.

Publicamente, Kerry havia anunciado a reunião com Salles e França em suas redes sociais na sexta, dizendo que o encontro serviu para tratar sobre "os importantes novos objetivos" do Brasil na área climática. "Estamos ansiosos para continuar a

trabalhar juntos para colocar nosso mundo em um caminho para um futuro mais seguro, próspero e sustentável", escreveu.

O Itamaraty também comentou a videoconferência e disse, no Twitter, que Brasil e EUA "seguirão trabalhando juntos para promover a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável".

Durante a cúpula, o presidente Jair Bolsonaro ofereceu uma fala que causou estranhamento a quem observa a política ambiental considerada negligente de seu governo.

O presidente brasileiro afirmou ter determinado a duplicação dos recursos destinados às ações de fiscalização ambiental no Brasil, comprometeu-se a alcançar a neutralidade climática até 2050 - dez anos antes da meta anterior- e repetiu a promessa de acabar com o desmatamento ilegal no país até 2030.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

17

Congresso pressiona Bolsonaro a acelerar ampliação do Bolsa Família



Com o atraso na chegada de vacinas contra o coronavírus, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tem sido pressionado pelo Congresso a acelerar o processo de criação de um programa social que substitua o auxílio emergencial.

Na semana retrasada, congressistas governistas alertaram o presidente que caso a ampliação do Bolsa Família, iniciativa planejada pelo ministro Paulo Guedes (Economia), não seja viabilizada até julho, eles passarão a defender em público que o auxílio emergencial seja prorrogado até novembro.

O auxílio emergencial foi renovado em 2021, de abril a julho. O benefício varia de acordo com a composição da família. As parcelas vão de R\$ 150 a R\$ 375 por mês.

No caso do Bolsa Família, o benefício médio está na faixa de R\$ 190 por mês.

Na quarta-feira (28), diante da pressão de deputados e senadores do centrão, o presidente afirmou, em conversa com eleitores, que pretende ampliar para R\$ 250 o valor médio recebido por um beneficiário do Bolsa Família a partir de agosto ou setembro.

A sinalização, no entanto, não foi considerada satisfatória nem mesmo por integrantes do governo, para os quais, diante do aumento dos indicadores de pobreza no país, o programa social deveria ser ampliado para um número maior de beneficiários e para uma quantia mais elevada, chegando a R\$ 270.

O governo ainda não deu reajuste ao benefício do programa. O último aumento foi em julho de 2018, na gestão do ex-presidente Michel **Temer** (MDB).

Na época, o valor médio transferido às famílias foi de R\$ 188. Se o valor fosse corrigido pela **inflação** do período, seria equivalente a cerca de R\$ 215.

Portanto, parte do aumento prometido pelo presidente apenas repõe o poder de compra dos beneficiários, que está defasado.

Sem consenso, o plano de reformular o Bolsa Família travou no ano passado, e nem sequer foi apresentado ao Congresso.

Apesar do alerta do Legislativo, ainda não há previsão para que o governo formalize uma nova proposta de programa social, mais amplo que o atual.

Procurado, o Ministério da Cidadania afirmou apenas que trabalha no aprimoramento do Bolsa Família e que pretende lançar a reformulação após a última parcela do auxílio emergencial, em agosto. Por ora, as discussões não preveem mudança no nome do programa.

Atualmente o Bolsa Família atende 14,6 milhões de lares. Mas há cerca de 1,5 milhão de famílias na fila de espera para entrar no programa após o fim do auxílio - caso contrário, ficariam sem assistência social apesar de se enquadrarem no perfil de faixa de pobreza ou extrema pobreza.

Para 2021, o Bolsa Família teve um alívio orçamentário de aproximadamente R\$ 8 bilhões por causa da nova rodada do auxílio emergencial.

Com a sobra de recursos, o Ministério da Cidadania quer bancar a ampliação do valor médio e da cobertura no segundo semestre. Ainda não há, porém, garantia de dinheiro para o 13º do benefício, promessa de campanha de Bolsonaro.

Das 14,6 milhões famílias cadastradas no programa, mais de 10 milhões estão recebendo o auxílio emergencial, já que, pelas regras, têm direito a um valor maior no benefício emergencial do que nos critérios do Bolsa Família.

A ampliação do programa, contudo, já enfrenta entraves orçamentários para os próximos anos, pois em 2022 a verba não deve ter uma folga por causa do auxílio emergencial. Com isso, é necessário calcular o impacto da reformulação do Bolsa Família no Orçamento futuro.

Técnicos do Ministério da Economia dizem que esse plano precisa caber dentro do teto de gastos -norma que impede o crescimento das despesas acima da **inflação**.

Paralelamente ao projeto de ampliar o Bolsa Família, o time de Guedes quer um novo programa social voltado para trabalhadores informais, que deve ser chamado de BIP (Bônus de Inclusão Produtiva).

O objetivo é ampliar a qualificação de mão de obra no país e incentivar, por meio de uma transferência mensal entre R\$ 200 e R\$ 300, o treinamento de informais e jovens em busca de emprego. Além disso, o governo planeja criar regras trabalhistas mais flexíveis para esse público.

O aumento da extrema pobreza no país, agravado pela baixa na atividade econômica com a pandemia do coronavírus, é considerado por assessores palacianos um dos principais calcanhares de Aquiles para a campanha à reeleição do presidente.

O principal receio é que o eleitorado das classes C, D e E se torne mais receptivo a um discurso encampado pelo campo da esquerda, sobretudo caso o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em cujo governo foi criado o Bolsa Família, se lance candidato ao Palácio do Planalto.

Em Brasília nesta semana, Lula buscará articular a prorrogação do auxílio emergencial até o fim da pandemia e no valor de R\$ 600 novamente.

O governo e a aliados no Congresso querem deixar a MP (medida provisória) que criou a nova rodada do benefício seja votada. Assim, quando o texto perder a validade, em julho, todas as quatro parcelas previstas já estariam pagas e não haveria risco de ampliação dos gastos.

A preocupação com a aproximação de Lula com o eleitorado de classes mais baixas é compartilhada por congressistas da base aliada, que vêm sendo cobrados em suas bases eleitorais por uma alternativa ao auxílio emergencial.

Eles também reclamam que a queda na renda da população mais pobre pode se tornar um motor de apoio a candidatos a deputado e senador que sejam de oposição ao atual governo federal.

Segundo pesquisa divulgada no mês passado, promovida pelo FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas), uma em cada quatro famílias brasileiras possui alguém com dívidas em atraso, percentual que é mais alto nas residências de baixa renda.

Mais da metade dos inadimplentes afirmam que o problema está relacionado à pandemia, principalmente perda de emprego e redução de salário.

GOVERNO E CONGRESSO DISCUTEM MUDANÇAS NA ÁREA SOCIAL

Nova rodada do auxílio emergencial começou em abril Auxílio será distribuído até julho Valor base é de R\$ 250 por mês Mais 10 milhões de beneficiários do Bolsa Família recebem o auxílio Cerca de R\$ 2 bilhões por mês deixam de ser gastos pelo Bolsa Família Governo que usar esse dinheiro para turbinar o programa Mas ainda não apresentou uma proposta

14,6 milhões é o número de famílias cadastradas no Bolsa Família

1,5 milhão é a fila de espera para entrar no programa após o fim do auxílio

R\$ 190 é o valor aproximado do benefício médio do Bolsa Família

Fontes: Ministério da Economia e Ministério da Cidadania

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49517>

Com alta nas exportações, superávit pode ir até a US\$ 73 bi, novo recorde



Luciana Dyniewicz Lorenna Rodrigues / BRASÍLIA

Com a demanda por produtos como soja e minério de ferro em alta, principalmente na China, e o reaquecimento da economia dos Estados Unidos, as exportações brasileiras devem dar um salto neste ano e a balança comercial registrar um saldo positivo recorde.

Bancos e consultorias estimam que o superávit poderá chegar a US\$ 73 bilhões.

Se alcançado, o número será 30% maior que o de 2017, quando o País bateu seu último recorde, com US\$ 56 bilhões.

Na comparação com o ano passado, a alta do saldo seria de 46%.

O Relatório Focus, elaborado pelo Banco Central com base em projeções das principais casas de análise econômica do País, indica que, por enquanto, a mediana do mercado para o superávit de 2021 é de US\$ 64 bilhões - ainda assim, um recorde.

Ao contrário do que ocorreu em 2017, quando a debilidade das importações garantiram o saldo histórico, desta vez o superávit será impulsionado pelo aumento -das exportações.

Além de os principais parceiros comerciais do País - China e EUA - estarem se recuperando rapidamente da crise da Covid- 19, há uma retomada do comércio internacional que deve favorecer as exportações brasileiros.

A Organização Mundial do Comércio estima

crescimento de 8% para este ano, após um tobo de 5,3% em 2020.

A consultoria LCA é uma das mais otimistas com o saldo comercial brasileiro, projetando US\$ 73 bilhões para 2021. A estimativa foi feita no começo de abril, mas já há um viés de alta, segundo a economista Ana Luisa Mello. Quando o ano começou, explica ela, era esperado um superávit significativo porque os preços das commodities vinham subindo. Agora, somou-se a isso uma elevação no volume de produtos embarcados.

"O crescimento das exportações está acima do que se esperava em janeiro, quando ainda não havia informações sobre o sucesso do processo de vacinação nos EUA", diz Ana Luisa.

A consultoria Tendências vinha prevendo um superávit de US\$ 53,8 bilhões para o ano, mas vai revisar o número ainda nesta semana. "Acho que dá para pensar entre US\$ 60 bilhões e US\$ 70 bilhões", diz o economista Silvio Campos Neto.

De acordo com Campos Neto, ainda que o minério de ferro seja o produto que concentra a maior elevação no preço - a tonelada passou de US\$ 67,6 em abril de 2020 para US\$ 129,8 em abril de 2021 -, essa alta está disseminada e favorece também produtos como soja e celulose.

A economista Lia Valls, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia, da FGV, afirma que até manufaturados (como têxteis e calçados) devem começar a registrar maiores embarques, puxados pela desvalorização do real. "Como o mercado interno está mais encolhido, as indústrias acabam se voltando para setor externo." O Itaú Unibanco estima superávit de US\$ 72 bilhões para este ano. A economista do banco Júlia Gottlieb destaca que a alta nas commodities registrada no começo do ano está chegando agora aos preços praticados.

Por isso, os resultados recentes da balança comercial foram mais positivos.

As exportações brasileiras bateram recorde em abril, quando a venda de bens para o exterior somou US\$ 26,5 bilhões, uma alta de 50,5% na comparação com abril de 2020. Foi o maior valor para todos os meses

da série histórica, que tem início em janeiro de 1997.

As importações também aumentaram, com as empresas brasileiras comprando mais insumos, e chegaram a US\$ 16,1 bilhões, um avanço de 46,8%.

Ainda assim, o saldo comercial bateu recorde, alcançando US\$ 10,3 bilhões. "O boom de commodities internacionais tem ajudado o Brasil e as compras chinesas também ajudam, porque a China tem formado estoques de matérias-primas", afirmou o economista-chefe da Infinity Asset, Jason Vieira.

Como ponderação, ele lembra que o crescimento expressivo, tanto das exportações como das importações, se deu sobre uma base de comparação bastante fraca, já que abril de 2020 foi o auge do impacto da pandemia na economia brasileira.

As exportações do mês passado foram impulsionadas pela soja, com 17 milhões de toneladas, o maior montante já vendido em um mês. O produto respondeu por 27,1% de todos os embarques de abril. "Há demanda mundial aquecida por produtos brasileiros no contexto de recuperação econômica em países como China, da União Europeia e EUA", disse o diretor do subsecretário de Inteligência e Estatística de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Herlon Brandão.

Impacto. Apesar de serem consideradas positivas por trazerem receita ao País, as exportações recordes não serão suficientes para impulsionar a economia do País. Isso porque elas têm uma participação pequena no **PIB**. "O **PIB** pode até ser beneficiado pelas exportações, mas elas não conseguem alavancar o crescimento sozinhas", diz Lia Valls. Campos Neto, da Tendências, lembra que a participação do comércio exterior no **PIB** poderá crescer de 12% para 15% neste ano, mas o movimento ocorrerá em grande parte por causa da desvalorização do real. Como o **PIB** é mensurado em dólar, as atividades internas pagas em real acabam perdendo representatividade.

Salto

US\$ 26,5 bi foi a soma dos bens vendidos para o exterior em abril, uma alta de 50,5% na comparação com o mesmo mês do ano passado

"Há demanda mundial aquecida por produtos brasileiros no contexto de recuperação."

Herlon Brandão, subsecretário de Inteligência e Estatística de Comércio Exterior

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Preço de gás tem novo indexador, diz Petrobrás



Anne Warth / BRASÍLIA

A Petrobrás vai passar a oferecer contratos de venda de gás natural às distribuidoras com um novo indexador de preços. O índice Henry Hub, um dos mais conhecidos pontos de negociação de gás nos Estados Unidos, é considerado mais estável, com menor oscilação e diretamente relacionado ao produto - atualmente, a Petrobrás adota o preço do petróleo no exterior, o Brent, como indexador.

A informação foi divulgada ontem pela companhia. Já em vigor, a nova opção garante paridade com preços internacionais.

A mudança ocorre duas semanas depois de o general de Exército Joaquim Silva e Luna tomar posse na presidência da Petrobrás, no lugar de Roberto Castello Branco, no último dia 19. Indicado pelo presidente Jair Bolsonaro, o militar entra na empresa com o desafio de conduzir a política de preços da companhia, motivo do desentendimento entre o ex-presidente da estatal e Bolsonaro.

A adoção do índice também está alinhada aos termos do novo marco do gás natural, sancionado em abril após anos de tramitação no Congresso e que deve resultar na ampliação de atores que atuam no setor. Até então, a Petrobrás tinha posição dominante no mercado.

Localizado na Louisiana, o Henry Hub é um entroncamento de gasodutos de diversas companhias nos EUA, o que confere competitividade e liberdade aos preços devido à dinâmica de negociação entre vendedores e clientes, que ocorre em um ambiente de Bolsa. O índice é amplamente adotado desde 2016,

quando os Estados Unidos passaram a ser exportadores de gás natural, e tem sido referência para contratos internacionais de longo prazo.

A nova modalidade será opcional, ou seja, as distribuidoras não serão obrigadas a aderir.

Haverá contratos com horizonte de seis meses e de um a quatro anos - hoje, eles são de um a três anos. Os reajustes permanecerão trimestrais, exceto nos contratos de seis meses, que terão atualização mensal.

Reclamação. As próprias concessionárias têm reclamado da volatilidade do atual índice de reajuste e enfrentado dificuldades para repassar a variação aos consumidores residenciais e à indústria, principal cliente.

No início de abril, a Petrobrás anunciou um aumento de 39% no preço do gás vendido às distribuidoras, com vigência a partir de 1.º de maio. O reajuste foi motivado pela alta do petróleo e do câmbio e também pela **inflação** medida pelo IGP-M, que reajusta os contratos de transporte.

Os recentes aumentos têm sido alvo de críticas em razão da volatilidade, considerada excessiva.

Para se ter uma ideia, entre dezembro de 2019 e outubro de 2020, o preço do gás em dólares recuou 48%.

Apesar da alta recente, o preço do insumo ainda está 8,6% inferior ao patamar de dezembro de 2019 e menor também que o de combustíveis substitutos como óleo combustível, gasolina e gás liquefeito de petróleo (GLP) - mais conhecido como gás de cozinha, vendido em botijões.

Estatal pode se unir a empresas para disputar pré-sal

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou ontem que acredita que as empresas interessadas no segundo leilão dos excedentes da cessão onerosa devem participar em parceria com a Petrobrás. Na rodada, prevista para dezembro, o governo vai ofertar dois campos no pré-sal da Bacia de Santos, Sépia e Atapu, que não receberam propostas no leilão realizado em 2019.

O leilão das áreas da cessão onerosa foi realizado em novembro de 2019, mas apenas dois blocos, Búzios e Itapu, receberam propostas da Petrobrás e de um consórcio liderado pela companhia.

Em entrevista à CNN, o ministro explicou que a estatal brasileira já sinalizou que exercerá seu direito de preferência para participar do certame, conforme prevê a lei.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Com chuva em baixa, inflação em 12 meses deve beirar 8% em maio

Arícia Martins

Num cenário já pressionado para os preços, a escassez de chuvas e o baixo nível dos reservatórios de hidrelétricas do Sudeste vão dar ainda mais fôlego à **inflação** no curto prazo. Anunciado na sexta pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o acionamento da bandeira tarifária vermelha patamar 1 em maio não era esperado por alguns economistas, que aumentaram em cerca de 0,2 ponto percentual suas estimativas para a alta do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste mês.

Sob essa sinalização, a cobrança extra é de R\$ 4,169 nas faturas mensais de eletricidade a cada 100 kilowatts-hora (kWh) consumidos. Na bandeira amarela, que vigorou em abril, o acréscimo é de R\$ 1,343. A decisão da Aneel não terá impacto na **inflação** acumulada de 2021 caso a bandeira volte à cor amarela em dezembro. No curto prazo, porém, o pico do IPCA em 12 meses, que já seria atingido em maio, ficará ainda mais perto de 8%. A meta para o ano é 3,75%, com 1,5 ponto de tolerância, para mais ou para menos.

"Estamos próximos daquele patamar de 2014, quando tivemos uma situação muito complicada no nível dos reservatórios da Cantareira", afirma Carla Argenta, economista-chefe da CM Capital Markets, que já contava com a entrada em vigor do patamar 1 da bandeira vermelha este mês. A decisão terá impacto de 0,2 ponto na **inflação** do mês, calcula Carla, efeito que não deve ser revertido rapidamente.

"Para que os reservatórios da região Sudeste, que respondem por 70% da produção de energia hidrelétrica do país, voltem a operar em níveis confortáveis, teríamos que atravessar um longo período de chuvas que não está previsto", diz a economista. "Portanto, a chance de vermos a mudança subsequente para uma bandeira tarifária menos restritiva em junho ou julho é pequena."

Devido ao encarecimento da tarifa de eletricidade residencial, o economista Fabio Romão, da LCA Consultores, agora espera alta de 0,72% para o indicador oficial de **inflação** neste mês, ante 0,54% anteriormente, hipótese que contava com a manutenção da bandeira amarela. Com a mudança, a expectativa agora é que a **inflação** acumulada em 12

meses pelo IPCA alcance 7,93% em maio, o ponto mais alto a ser atingido no ano, destaca Romão.

"Maio já seria o pico do ano em 12 meses, mesmo sem a questão da energia, mas a bandeira vermelha não deixa de ser uma má notícia", diz o economista, lembrando que a **inflação** deve ter sido mais baixa em abril e que o mês de maio será mais salgado não só devido às contas de luz.

A LCA estima que a **inflação** de tarifas monitoradas por contrato vai subir de 0,36% no mês passado para 1,37% agora, influenciada por preços maiores de gás de botijão, refletindo o reajuste de 39% do gás natural nas refinarias, e aumentos também já autorizados de medicamentos, que chegam a 10% dependendo do produto farmacêutico.

Um reajuste maior de tarifas administradas deve elevar a **inflação** no curto prazo e também no ano, na avaliação do J.P. Morgan. Enquanto, em maio e junho, a bandeira tarifária mais cara alterou as projeções do banco para o IPCA de cada mês, a mudança de 5% para 5,3% na estimativa para 2021 incorporou um aumento mais significativo de remédios.

Os economistas Cassiana Fernandez e Vinícius Moreira afirmam que a hipótese assumida por eles anteriormente, de que os reajustes desses itens seriam revertidos, é agora considerada pouco provável. Já no curto prazo, apontam Cassiana e Moreira, a bandeira vermelha deve elevar o IPCA deste mês em quase 0,2 ponto. Para eles, o indicador vai subir 0,64% no período.

"Dado o baixo nível dos reservatórios, agora esperamos que a bandeira vermelha patamar 2 seja acionada entre junho e outubro deste ano, o que elevou a projeção para o IPCA do próximo mês em cerca de 0,15 ponto", acrescentam os economistas. Eles ponderam, no entanto, que os preços mais altos de energia nos próximos meses não devem ter efeito na **inflação** anual, assumindo que a bandeira volte para a cor amarela em dezembro.

Esse também é o cenário de Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Barclays, que segue projetando avanço de 5% para o IPCA em 2021. "Ainda assim, vemos risco de alta nesse número", diz Secemski, para quem há potencial de novo aumento

da bandeira tarifária em junho. Essa alta pode resultar do acionamento da bandeira vermelha patamar 2, mais cara que a 1, mas também de uma revisão em estudo pela Aneel que encarece ainda mais o custo dessas duas bandeiras, observa ele.

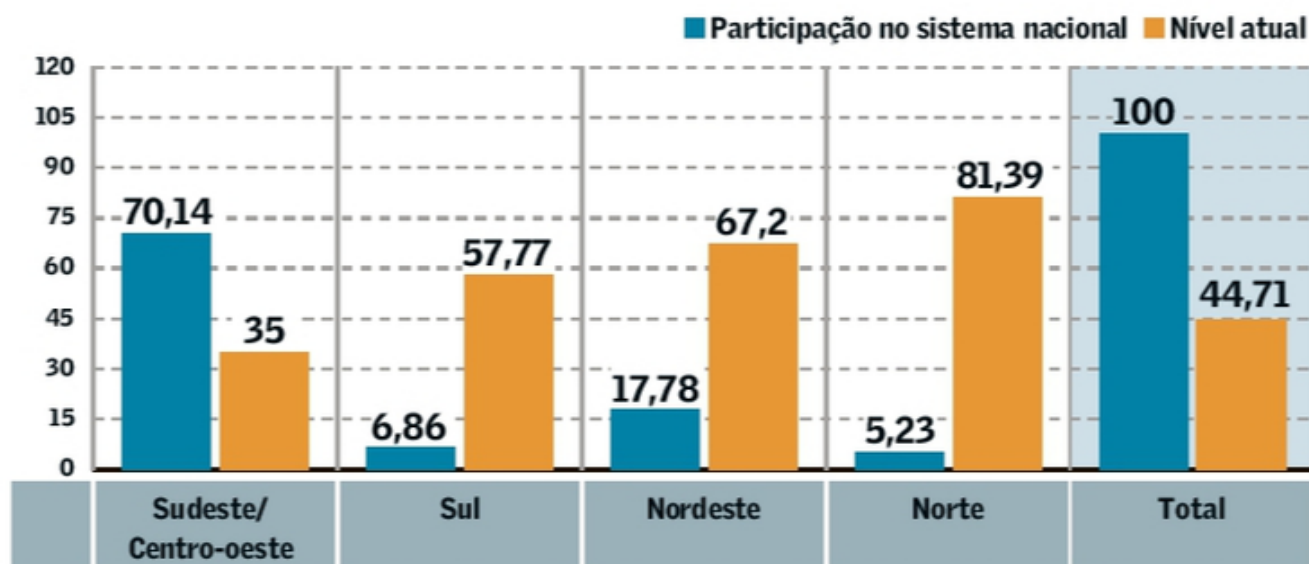
Pela proposta da agência reguladora, que está em consulta pública para discussão até o dia 7 de maio, o valor adicionado pela bandeira vermelha patamar 1 a cada 100 kWh consumidos sobe de R\$ 4,169 para R\$ 4,599. Já o acréscimo do patamar 2 passaria de R\$ 6,243 a R\$ 7,571.

Até recentemente, diz Secemski, a previsão era de bandeira amarela em maio, com mudança para o patamar 1 da vermelha em junho. Tendo em vista o quadro mais pressionado para os preços de energia, porém, o Barclays já havia ajustado a projeção para o IPCA deste mês de 0,40% para 0,60%, considerando a bandeira vermelha patamar 1. "Isso deve trazer o IPCA em 12 meses a 7,7% em maio, em princípio marcando o pico do ano", disse.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Sem chuvas, tarifa de energia sobe

Situação dos reservatórios de cada subsistema - Em %



Fonte: ONS. Elaboração: CM Capital Markets